

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA**

ELABORAÇÃO DO GUIA DO ALUNO DO CEP – SAÚDE

Tânia Valéria Lucas

Goiânia – GO

2013

Tânia Valéria Lucas

ELABORAÇÃO DO GUIA DO ALUNO DO CEP – SAÚDE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Pólo Goiânia/GO, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Simone Dutra Lucas

Goiânia - GO

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Lucas, Tânia Valéria

Elaboração do guia do aluno do CEP – SAÚDE/ Tânia Valéria Lucas. - 2013.

38 f.

Orientadora: Simone Dutra Lucas

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS Goiania-GO, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.


1. Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde. 4. Centros Educacionais de Áreas de Saúde. 5. Guia. I. Lucas, Simone Dutra. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III. Título.

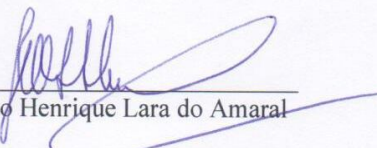
Tânia Valéria Lucas

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO PARA O GUIA DO ALUNO DO CEP - SAÚDE

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Pólo Goiânia/GO.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.ª. Dr.ª. Simone Dutra Lucas (Orientadora)


Prof. Dr. João Henrique Lara do Amaral

Data de aprovação: 25 de agosto de 2013

Goiânia - GO
2013

AGRADECIMENTOS

Foram muitos, os que me ajudaram a concluir este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos...

...a Deus, pois, sem sua ajuda, nada teria sido possível;

...à minha família, pela confiança e pelo apoio;

...a Tutora Presencial Sandra Cristina Guimarães Bahia Reis,
por sua força, conhecimento e disposição, diante das minhas
limitações;

...às amigas do CEGEPE (Edmeiry, Maria Emilia, Maria
Zélia, Paulete, Sirlene e Wusula), pelas conversas, pela
amizade e pelo alento dispensado;

...às professoras Clarice Marcolino pelas valiosas sugestões;

...à direção, a equipe técnica do CEP – Saúde e as minhas
colegas de trabalho que contribuíram para a conclusão deste;

...a Professora Simone Dutra Lucas, orientadora deste estudo
por conduzir seu desenvolvimento, com muita sabedoria e
paciência.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Demonstrativo da Proposta de Intervenção.....	28
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

BIREME - Biblioteca Regional de Medicina

CEE/GO - Conselho Estadual de Educação de Goiás

CEFET/SP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

CEGEPE - Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS

CENFORH - Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para Área de Saúde

CEP - Saúde - Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás

CF - Constituição Federal

CNS - Conselho Nacional de Saúde

EAD - Educação a Distância

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública

ETSUS - Escola Técnica do Sistema Único de Saúde

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

HGG - Hospital Geral de Goiânia

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MS - Ministério da Saúde

NDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NPP - Núcleo de Planejamento Pedagógico

NT - Núcleo Temático

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPAS - Organização Pan Americana de Saúde

PC - Planos de Cursos

PDI - Plano Diretor Institucional

PI - Projeto de Intervenção

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFAE - Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem

RETSUS - Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde

RU - Regimento Único

SAMETS - Sistema de Acompanhamento de Sinais de Mercado do Setor Saúde

SCIELO - Scientific Electronic Library

SECTEC - Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda

SENAI - Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial

SES - Secretaria de Estado da Saúde

SEST/SUS - Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS

SUS - Sistema Único de Saúde

SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 Objetivo Geral.....	17
2.2 Objetivos Específicos.....	17
3 JUSTIFICATIVA.....	18
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
5 METODOLOGIA.....	26
5.1 Rodas de Conversas.....	26
5.2 Estudo documental e bibliográfico	26
6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	28
6.1 Quadro Demonstrativo da Proposta de Intervenção.....	30
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

RESUMO

Este trabalho é o resultado da proposta de intervenção que será aplicada no Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás - CEP - Saúde, com o objetivo de criar um instrumento que será transformado em referencial para os alunos dos cursos do CEP – Saúde informando dados sobre o funcionamento da instituição, a metodologia utilizada nos cursos, os direitos e deveres dos alunos, bem como o processo de avaliação aplicada para o desenvolvimento de todos os cursos, discentes e docentes. Utilizou-se como base um estudo bibliográfico e documental por meio de materiais impressos, eletrônicos e nas mais variadas fontes, inclusive na participação do coletivo que foram organizados para essa tarefa, estabelecendo uma relação de confiabilidade nas informações obtidas. Dentre o material documental e bibliográfico encontramos elementos, que subtraídos, contribuirão para a elaboração do Projeto de Intervenção de como criar um Guia do Aluno. As Rodas de Conversas realizadas entre os atores da Escola contribuíram intensamente para subsidiar a escolha do tema Guia do Aluno, pois o Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás não possui um instrumento de referencia que oriente os alunos/trabalhadores de saúde que ingressam nos cursos oferecidos. A decisão adotada foi fundamentada pela necessidade reconhecida pela própria direção e equipe técnica da instituição, assim como a comunidade escolar que está inserida nesse processo de ensino aprendizagem. A proposta de intervenção de criar o Guia do Aluno irá contribuir para auxiliar o aluno na compreensão da normatização e nos procedimentos pedagógicos adotados no processo de educação em saúde, contribuindo assim para o fortalecimento do CEP – Saúde.

Descritores: Proposta de Intervenção; Guia do Aluno; Aluno/trabalhador de saúde; Escolas Técnicas de Saúde;

ABSTRACT

This work is the result of the proposed intervention will be applied in Vocational Education Center of Health of the State of Goiás - CEP - Health, with the goal of creating a tool that will become a reference for students of CEP courses - Health informing data on the functioning of the institution, the methodology used for the courses, the rights and duties of pupils, as well as the evaluation process applied to the development of all courses, students and teachers. It was used as basic bibliographic and documentary materials through print, electronic and on a variety of sources, including the participation of the collective was organized for this task, establishing a relationship of reliability of the information obtained. Among the material found documentary and bibliographic elements, which subtracted, contribute to the drafting of the Intervention of creating a Student Guide. The wheels Conversations held between actors School contributed heavily to subsidize the choice of topic Student Guide, as the Vocational Education Center of Health of the State of Goiás not have an instrument of reference to guide students / health workers who enter in their courses. The decision taken was justified by the need recognized by own direction and technical staff of the institution, as well as the school community that is part of this learning process. The proposed intervention in creating the Student Guide will help to assist the student in understanding the norms and procedures adopted in the process of teaching health education, thus contributing to the strengthening of the CEP - Health

Key-words: Proposal for Intervention; Student Guide, Student / worker health, Health Technical Schools;

1 INTRODUÇÃO

A escola denominada Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás - CEP - Saúde, é pública e tem a função de atender a demanda dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde - SUS, prioritariamente, e da comunidade que necessita dessa qualificação para ingressar no mercado de trabalho em saúde.

O CEP - Saúde é mantido pelo Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde e funciona em prédio público e sua estrutura física conta com salas de aula, secretaria escolar, laboratórios, auditório, refeitório e biblioteca. Habilita trabalhadores, por intermédio de Cursos de Educação Profissional, de acordo com as necessidades detectadas e alicerçadas nos princípios normativos da legislação vigente, sem esquecer o compromisso com a busca de uma educação mais igualitária e mais justa para concretização dos princípios norteadores do SUS.

A história da educação profissional para o aluno/trabalhador, em Goiás, iniciou-se na década de 80, quando surgiu o “Projeto Larga Escala” em parceria com o Ministério da Saúde – MS, a Organização Pan Americana de Saúde – OPAS e a Organização Mundial de Saúde – OMS, objetivando profissionalizar os trabalhadores que se encontravam empregados ou em fase de admissão nos serviços de saúde. A proposta era de institucionalizar a ação educacional dentro do sistema de saúde oferecendo treinamentos que não fossem acontecimentos ocasionais e aleatórios em função de campanhas ou entrada de novos trabalhadores, mas ações continuadas de qualificação e formação.

Em novembro de 1980 foi criada a Escola de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Geral de Goiânia - HGG, objetivando formar alunos nesta área para atender à demanda daquela instituição.

Em 1985 o Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a Área da Saúde torna-se sucessor da Escola de Auxiliar de Enfermagem, no espaço físico do extinto Hospital JK, com infra-estrutura de refeitório, alojamento e auditório.

Em maio de 1986, visando organizar a formação do auxiliar de enfermagem foi assinada uma ordem de serviço nº 108, dispondo sobre as atividades do Sistema de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.

Em 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde - SUS amplia-se a cobertura de atuação do Centro Formador a todos os trabalhadores do SUS, abrangendo todo o processo de capacitação, qualificação e habilitação profissional na área da saúde.

Em junho de 1988 o Secretário de Educação, Tobias Alves, assinou a Portaria de nº 5799, de 27 de junho, que reconhecia pelo prazo de 08 anos, a partir de 19 de maio de 1988, o curso supletivo em nível de 2º grau, na habilitação de Auxiliar de Enfermagem, ministrado pela Escola de Auxiliar de Enfermagem do HGG.

Em agosto de 1988, pela Resolução nº 089 - CEE, de 11 de agosto de 1988, o Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para a área de Saúde - INAMPS ficou autorizado a ministrar os cursos “Técnico em Higiene Dental” e “Visitador Sanitário”.

A publicação da Resolução nº 530 pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás-CEE/GO, de março de 1993, indica a substituição da Escola de Auxiliar de Enfermagem do HGG pelo o Centro Formador de Pessoal de Nível Médio e Elementar para Área de Saúde - CENFORH, cujo fim seria oferecer cursos de qualificação e habilitação para trabalhadores que faziam parte da força de trabalho do SUS, nas subáreas de Enfermagem e Saúde Bucal. Entre os anos de 1995 a 1999 houve a primeira iniciativa de cooperação entre as Escolas Técnicas do SUS - ETSUS, por meio do Projeto Escola de Nível Médio, no último ano já havia 26 escolas autorizadas pelo sistema de educação, da qual Goiás fazia parte. No ano de 1999 surge o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE, que ao final resultou na formação de 235.172 pessoas da área de enfermagem em todo o Brasil e Goiás participou ativamente desse processo, atingindo todo o Estado.

Em 7 de dezembro de 2000, foi instituída a Rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS – RETSUS, com objetivo de fortalecer o ensino técnico em saúde, diminuir as assimetrias entre as instituições e compartilhar as experiências.

Em agosto de 2002, por intermédio do Decreto nº 5647, efetivou-se a criação do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás - CEP - Saúde, como unidade administrativa complementar da Secretaria de Estado da Saúde e integrante do Sistema Estadual de Educação Profissional, tendo como missão promover a educação profissional na área da saúde, ofertando cursos centralizados e descentralizados, nos níveis básicos e técnicos; levando em conta o avanço do conhecimento, a incorporação crescente

de novos métodos, processos de produção e distribuição de bens e serviços e a formação dos indivíduos para o exercício pleno da cidadania.

Entre os anos de 2001 a 2004 o CEP – Saúde participava do “Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem” - PROFAB ofereceu 100 turmas, qualificando 3.074 alunos no Curso Auxiliar de Enfermagem. Além da formação, este projeto tinha com objetivo o fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS – ETSUS, a formação pedagógica de docentes, a implantação de um Sistema de Certificação de Competências e a criação de um Sistema de Acompanhamento de Sinais de Mercado do Setor Saúde – SAMETS. Em 2003, a Escola elaborou seu primeiro Projeto Político Pedagógico - PPP, seguido dos Planos de Cursos - PC e atendendo as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Em 2009 o PPP foi readequado para ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação - CEE, e teve sua aprovação efetivada até dezembro de 2013.

A Lei Estadual nº 15.260, de 15 de julho de 2005 criou a Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago”, na qual a estrutura do CEP - Saúde estava inserida. Em 2008, o Decreto Estadual nº 6.711/08 nos seus artigos. 2º e 4º desativa a Superintendência da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago” com suas respectivas gerências e promove a incorporação das competências, atribuições, acervos e demais recursos. Suas competências, atribuições, acervos e demais recursos da Superintendência da Escola Estadual de Saúde Pública foram incorporados na Escola de Governo da Secretaria da Fazenda - SEFA Z, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, que repassa a Escola para a Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia – SECTEC por cerca de um ano, mesmo incorrendo na ilegalidade jurídica.

A partir de 25 de janeiro de 2011, o Governo Estadual institui a Lei nº 17.257 criando a Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS – SEST/SUS, da Secretaria de Estado da Saúde, composta pelas Gerências “da Escola Estadual de Saúde Pública – Cândido Santiago”, “de Planejamento e Execução de Eventos e Projetos para o SUS” e “de Administração Setorial e Captação de Recursos”. A Gerência da Escola Estadual de Saúde Pública – Cândido Santiago (ESAP) participa ativamente na formulação, execução e avaliação da política estadual de saúde, nos eixos de: atenção básica, planejamento e gestão, informação e comunicação, controle social e educação popular. Promove a educação profissional e a educação permanente de gestores,

trabalhadores e usuários do SUS no estado de Goiás. As verbas para a efetivação dos cursos são provenientes de portarias do Ministério da Saúde.

Os instrumentos educacionais que norteiam as ações do CEP - Saúde é o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Regimento Único – RU. O PPP norteia as diretrizes do CEP-SAÚDE/ESAP e tem caminhos que não cabem simplesmente oferecer cursos de educação básica-continuada, técnicos, ou tecnológicos. Mas é necessário que os cursos oferecidos estejam fundamentados em uma proposta político-pedagógica de Educação Técnica Profissional em Saúde, capaz de: Transformar as práticas e os serviços de saúde; Promover os processos de ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho; Contribuir com a concretização do compromisso social e profissional e na transversalidade que norteiam as necessidades do SUS consubstanciadas nas diretrizes emanadas da Esfera Federal, que atendam os seus princípios básicos. (Goiânia, 2009).

O Regimento Único – RU do CEP – Saúde é um instrumento de uso interno e descreve a normatização da gestão da Escola, a organização didática dos cursos oferecidos e está disponível para a consulta de toda a comunidade escolar. Define a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas por todos que convivem na instituição. (Goiânia, 2002).

A educação profissional para o SUS, realizada pelo CEP – Saúde está autorizada pelo Conselho Estadual de Educação e visa promover a formação descentralizada de trabalhadores da área de saúde, assessorando os municípios das 17 Regionais de Saúde, garantindo a universalidade de acesso aos cursos para habilitação técnica de: Saúde Bucal, Técnico em Enfermagem, Qualificação Inicial para Agente Comunitário de Saúde – ACS, Cuidador de Idoso. Para 2013 estão programadas 11 turmas do Curso de Auxiliar em Saúde Bucal, duas turmas para o Curso de Técnico em Vigilância em Saúde e da Especialização Pós-Técnica em Gerontologia, voltado ao técnico de enfermagem. Nos 10 anos de funcionamento a escola formou 13.800 profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS em Goiás, seguindo estratégias da educação permanente e metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

O aluno/trabalhador de saúde tem origem distinta e na maioria das vezes, ingressam na Escola sem qualificação específica e desempenhando funções diversas, que vão desde os serviços administrativos até a prestação de assistência nas áreas de enfermagem, odontologia, vigilância em saúde e outras. Quando entram no CEP – Saúde, têm

dificuldades e até mesmo certa resistência, com relação às suas atribuições e às normas da Escola. Aproximadamente, 99% derivam do ensino bancário e ao se deparar com as metodologias ativas, acham muito complexo esse método de ensino. Além disso, 100% dos cursos acontecem descentralizados ou em EAD, muitos alunos/trabalhadores de saúde estão fora da sala de aula há muito tempo, necessitando de ser acolhido e acomodado no processo de ensino aprendizagem outra vez.

A instituição não possui um instrumento referencial com informações a respeito CEP - Saúde e específico para receber o corpo discente. Por esse motivo, acreditamos que criar um instrumento que oriente o aluno/trabalhador de saúde, que ingressa na Escola, especialmente os que estão nos cursos oferecidos em Ensino a Distancia, e/ou descentralizados iria contribuir na relação do aluno/trabalhador com a unidade de ensino serviço.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Criar um instrumento que seja o referencial para alunos dos cursos do CEP – Saúde.

2.2 Objetivos Específicos

Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade do guia;

Promover discussões sobre instrumentos ligados aos objetivos de ensino na comunidade escolar;

Descrever o processo de ensino - serviço na educação profissional;

3 JUSTIFICATIVA

Durante os 10 anos de funcionamento, esta instituição passou por diversas experiências para estabelecer os critérios e procedimentos necessários à padronização do sistema normativo do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás/CEP-Saúde, com relação à elaboração, distribuição, manutenção, arquivos e formulários a serem utilizados.

No ano de 2002 seguindo a legislação educacional, o CEP – Saúde elaborou o Regimento Único que foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) por meio da Resolução nº 241 de 20 de dezembro do mesmo ano. O documento é composto por três títulos e dezenas de capítulos que dispõe desde a criação do CEP – Saúde até a certificação por competência. Em 2003 a Escola elaborou a primeira versão do Projeto Político Pedagógico, passando, em 2009, por alterações para autorizar junto ao Conselho Estadual da Educação a continuidade da educação profissional que é realizada. Em 2011 a equipe técnica do CEP – Saúde elaborou um Manual do Aluno, especificamente para os discentes o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde – ACS/módulo I, com o objetivo de definir em linhas gerais as normas da Escola. O referido instrumento foi construído de maneira simplificada pela equipe técnica do CEP - Saúde, com um conteúdo informativo específico para o ACS. Este manual não foi utilizado em outros cursos, pois além de ser destinado para o agente comunitário de saúde, não apresentava questões administrativas e pedagógicas sobre o funcionamento da Escola. O instrumento foi elaborado artesanalmente pela própria equipe técnica que além de preparar um conteúdo, reproduzia as cópias para serem distribuídas nas turmas.

As participações no Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (CEGEPE) nos conduziram as reflexões da práxis vivenciada. Dentre as reflexões e análises realizadas sobre o cotidiano da ETSUS/Goiás, estava o Manual de Aluno criado em 2011 e que não contemplava a necessidade de todo corpo discente da Escola. Além disso, o curso do CEGEPE foi realizado no mesmo período em que a Instituição passava por uma proposta de reestruturação, com alterações no organograma, criação de novos núcleos com introdução de novas ações, elaboração de

documentos para definir a política, diretrizes e procedimentos rotineiros da Escola Estadual de Saúde Pública.

Ao iniciar a proposta de reestruturação da Escola, aconteceram reuniões com a comunidade escolar para realizarmos a avaliação institucional utilizando o instrumento *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) - SWOT. Este instrumento foi utilizado para fazer o planejamento estratégico da Escola.

O diagnóstico situacional apontou a necessidade de construção do Plano Diretor Institucional (PDI) e do Plano Político Pedagógico (PPP) da SEST/SUS que incluiria a revisão do PPP do CEP - Saúde, e a instalação do Núcleo de Planejamento Pedagógico (NPP). Além desses documentos, identificamos a necessidade de criação de um instrumento de acolhida para orientar o aluno/trabalhador, que apresente a instituição, o curso escolhido, o processo de ensino aprendizagem que irá prepará-lo para atender as diretrizes do SUS, assim como os seus direitos e deveres na Escola e por fim o processo de avaliação e certificação por competência. Por essa razão, justifica-se a elaboração do Guia para Aluno

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A criação do Centro de Educação Profissional de Saúde em Goiás foi apoiada pelo Ministério da Saúde e ocorreu em função da necessidade de ampliação da formação profissional dos trabalhadores de ensino fundamental e médio. Durante esses anos de comprometimento com a formação técnica, a Escola reafirmou o compromisso com a formação e qualificação dos profissionais do SUS em Goiás, adotando estratégias da educação permanente e metodologias ativas de ensino – aprendizagem.

A missão do CEP - Saúde é Promover a educação permanente dos trabalhadores da saúde, com foco no fortalecimento do SUS e na melhoria da qualidade de vida da população.

O CEP - Saúde concebe a educação como projeto de sociedade. Nesse sentido, é defensor de uma concepção educacional que dialoga com as circunstâncias da sociedade atual e, deixa explícita a sua concepção de mundo, compreendendo que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, através de metodologias ativas. A aquisição destes saberes elaborados irá servir para a classe trabalhadora na luta contra a divisão social do trabalho.

Como garantia da universalidade de acesso dos trabalhadores da saúde aos cursos de educação profissional, o CEP - Saúde propõe ofertar cursos aos municípios do Estado de Goiás de forma descentralizada e/ou à distância, considerando as necessidades locais e o Plano Estadual de Educação Permanente (PEEPS).

A Constituição Federal Brasileira não discrimina os indivíduos, sonhando-lhes direitos fundamentais e garantias individuais, mas, ao contrário, tem vários artigos que os garante: art. 5º, 6º a 11º e art. 170 da ordem econômica. A educação é garantida como “Direito de todos e dever do Estado”, conforme art. 205, porém o que se verifica é uma ruptura entre conceito e realidade e as construções mentais que ficam separadas da realidade social onde são produzidas. O ensino profissional é levado aos serviços de saúde, nos diversos níveis de complexidade, como uma ferramenta colocada a serviço do fortalecimento da atenção à saúde. Vale ressaltar que:

A lei n. 9.394/96, atual lei de Diretrizes e Bases (LDB) configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica e dispõe que a

educação profissional [...] conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Campello e Filho. 2009 P. 175-182)

A Política de Educação Permanente em Saúde foi aprovada na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde - CNS - Resolução CNS nº. 353/2003 e Portaria GM/MS nº. 198/2004 - como política estratégica do SUS para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores para a saúde, cujo eixo norteador da formulação, implementação e avaliação, é o da integralidade e implicação com os usuários.

Com relação ao ensino profissional em saúde:

“....esclarecem que a formação dos profissionais da área de saúde e, mais especificamente, que atuam ou atuarão no SUS, precisa superar a atualização técnica científica como foco central para englobarem aspectos de produção da subjetividade, produção de habilidades técnicas e de pensamento e o adequado conhecimento do SUS.” (Ceccim e Feuerwerker. 2006.p.147).

A proposta político-pedagógica visa o desenvolvimento continuado dos trabalhadores, o crescimento da Educação Permanente em Saúde de forma que supera o aspecto didático-metodológico, já que tem como objetivo não só a mudança no conhecimento e no exercício das práticas profissionais em saúde, mas:

“...as dimensões éticas da vida, do trabalho, do homem, da saúde, da educação e das relações” entendendo este processo como um quadrilátero da educação permanente em saúde (Ceccim e Ferla, 2009. p.162-168).

Entretanto, a Educação em Saúde não pode formar apenas o profissional com o olhar eminentemente técnico, mas possibilitar a estes profissionais a visão holística dentro do processo de formação para o SUS, em que possa contribuir de forma específica ou generalista, na árdua missão do trabalho com vista a tender o grande beneficiado que é o cidadão.

O Ministério da Saúde apresenta várias iniciativas de formação profissional via Educação Permanente com o objetivo de (re) formar os profissionais que já atuam no sistema, por meio da aproximação de instituições formadoras e ações e serviços de saúde.

A Constituição de 1988, no seu artigo 200, atribui como sendo uma das competências do SUS, a ordenação da formação de recursos humanos para o sistema de saúde; (BRASIL. 1988. p 66.).

A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 e regulamentada pelo Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011 definem o novo modelo de atenção e passam a exigir novos perfis profissionais para a atenção individual e coletiva;

A Portaria GM/MS nº 1.996 de 20 de agosto de 2007 dispõe sobre as diretrizes para implementação da Educação Permanente em Saúde.

O Projeto Político Pedagógico - PPP é o documento norteador do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás – CEP – Saúde, em sua totalidade. Neste sentido, abrange a reflexão sobre a realidade, a operacionalização sobre o mesmo e encaminhamentos projetivos sobre as ações e metas que a escola desenvolverá em curto, médio e longo prazo. Além de ser o documento norteador da ação do professor, é rico instrumento em favor da escola como um todo. É através dele que são traçadas as prioridades e metas e estabelecidos os meios pelos quais se espera alcançá-las. O PPP é um mapa em construção, que mostra o que vai ser feito, quando vai ser feito, de que maneira e por quem, mas ao mesmo tempo flexibiliza-se mediante as recorrências observadas no processo de sua operacionalização. A escola é o cenário em que o PPP se efetiva, não se deve perder de vista as diversas relações que se travam em torno dela, tanto na dimensão intra como extra-escolar. As tomadas de decisão deixam de ser tarefa exclusiva dos professores ou do corpo administrativo, para assumir o caráter político e democrático necessários para o desenvolvimento das metas objetivadas por um grupo maior. Como propõe Mendes (2000, p.13):

“O fazer pedagógico não se limita à atividade da sala de aula, embora esta seja a mais importante do processo, se estende as questões da administração escolar, da articulação da escola com a comunidade, o que requer também competência política”.

No entanto, a construção do PPP do CEP – Saúde como instrumento de gestão pedagógica, não admitiu algumas operacionalizações cotidianas em relação ao corpo discente nos diversos espaços educativos, e condizentes com a perspectiva de como transitar pelos cenários complexos da educação profissional, desafiando a formação de um perfil profissional com a consolidação do SUS e a construção da cidadania. A constituição do PPP se deu em “duas mãos” com a participação de docentes e coordenadores de cursos, em razão da necessidade de cumprir o prazo de entrega no CEE/GO para ter sua

aprovação, mas os atores estavam envolvidos com o processo ensino-aprendizagem e tinham uma visão de unicidade entre a teoria e a prática.

A construção coletiva do PPP aglutina crenças, convicções, conhecimentos dos atores envolvidos da comunidade escolar, do contexto social e científico e precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre os distintos atores. Em sendo um processo participativo de decisões, envolve lidar com os conflitos, contradições existentes, buscando eliminar competições e relações autoritárias, permitindo as relações horizontais (VEIGA, 2002).

O Regimento Único – RU do CEP – Saúde é um o documento administrativo e normativo da escola que está disponível para a consulta de toda a comunidade escolar. Define a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Descreve a normatização da gestão, a organização didática dos cursos oferecidos, e coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo inclusive do corpo discente. O Capítulo IV versa sobre o corpo discente e do art. 49 aos 56 o Regimento descreve direitos, deveres e penalidades. Os assuntos relacionados a matrícula, frequência, recuperação e certificação estão no Título III da Organização Didática. Para o aluno, o RU fica desconhecido, pois Goiás tem a cultura institucional de ofertar cursos descentralizados e em Ensino a Distância – EAD, procurando ampliá-las e diversificá-las de acordo com a demanda de educação profissional nas Regionais de Saúde.

A postura investigativa partiu então para decifrar a ascendência da palavra “guia”, que vem do francês guidon, “o que serve para guiar algo”, de guider, “guiar”, do frâncico witan, “orientar, guiar”. No Dicionário Português do autor Aurélio traz como significados da palavra “guia”: ação de guiar/ Documento que acompanha a correspondência oficial. Ao identificarmos o significado do título escolhido para ser aplicado no instrumento referencial proposto a ser criado, realizou-se a leitura exploratória do material selecionado com objetivo de compreender os princípios de construção desse instrumento e aplicá-los na realidade do CEP – Saúde.

Empregamos como base deste trabalho, a análise realizada no Guia do Aluno editado, especificamente, para o aluno do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS - CEGEPE, 2012, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que na “Acolhida do aluno”, informa:

“Este guia pretende ajudá-lo a desempenhar, da melhor maneira possível, seu trabalho como aluno. A nossa primeira intenção é que você conheça o projeto pedagógico do Curso e seu funcionamento, por isso discutimos, pormenorizadamente, cada um dos itens neste guia”. (CEGEPE. 2012.p 5.).

O referido instrumento trás orientações significativas e específicas, para o aluno do curso do CEGEPE. O Guia descreve o curso, seus objetivos, a concepção pedagógica adotada. Informa que o modelo de ensino é a Distância que promove uma relação de comunicação e aprendizagem através das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. Expõe a estrutura de funcionamento do curso, seguida pelos Núcleos Temáticos - NT, cada um com suas especificidades que articula e integra conhecimentos e práticas. Informa a carga horária do Curso, que são de 450 horas, distribuídas entre a matriz curricular dos quatro NT. Orienta ainda, sobre a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC e sobre os processos de avaliação durante o curso e a certificação.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, Unidade de São Carlos, 2009, oferece um Manual para Alunos com informações a respeito da Estrutura do Trabalho Acadêmico.

“Este manual tem por objetivo orientar você, aluno, quanto à elaboração dos trabalhos acadêmicos a serem realizados nas disciplinas oferecidas no decorrer do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do CEFET/SP – São Carlos”. (CEFET/SP, 2009. p 3.).

O referencial tem por objetivo orientar o aluno, quanto à elaboração dos trabalhos acadêmicos a serem realizados nas disciplinas oferecidas no decorrer do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do CEFET/SP – São Carlos. As orientações apresentadas neste manual seguem padrões de normalização e pesquisa aceitas no meio acadêmico e esta é, sem dúvida, uma excelente oportunidade para você conhecê-las. (CEFET/SP, 2009). O Ministério da Saúde, 2003, apresenta o Guia do Aluno, para Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem.

“Trata-se de uma proposta inédita, de programa de pós-graduação *lato sensu* (portanto, de especialização), à distância, com vistas à preparação de profissionais já graduados e/ou licenciados em Enfermagem, como é o seu caso, para atuarem na educação profissional na área Saúde, cuja história vem sendo construída por todos nós”. (BRASIL. 2003. p.10.).

Este Guia do Aluno refere-se a um programa de pós-graduação, *lato sensu* à distância, com o objetivo de preparar profissionais já graduados em Enfermagem, para agirem como docente no processo de formação de auxiliares de enfermagem promovido pelo PROFAE. Deste modo, o conteúdo do curso foi desenvolvido por meio de um convenio com a Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ, para promover essa ação do PROFAE em todo o Brasil. Da mesma forma como o CEGEPE, trata-se de um curso de especialização, promovido na modalidade a distancia para cobrir, em um curto período de tempo, demandas em todo o território nacional.

“Você vai criar hábitos de estudo próprio, desenvolvendo a prática da leitura, o pensamento reflexivo e a consciência crítica, estimulado (a) pelos textos de um material didático impresso e atividades nele propostas, podendo fazer uso, também, de novas tecnologias (o microcomputador ligado à Internet) como ferramenta para aprender”. (BRASIL, 2003. p 11,12.).

Além de orientar a realização do estudo do aluno, este deverá se organizar e observar o limite do cronograma de realização.

A Revista Lusófana de Educação, (SANTO, 2006. p.103 - 115) engloba o artigo “Os Manuais Escolares, a Construção dos Saberes e a Autonomia do Aluno. Auscultação a Alunos e Professores”. Aborda um estudo realizado numa escola da periferia de Lisboa em Portugal. A divulgação dos estudos e resultados tem por objetivo constituir uma contribuição para o aprofundamento do conhecimento científico sobre manuais escolares como ferramenta pedagógica. Entretanto o termo Manual Escolar é uma adaptação de Livro Escolar, pois esses são manuseáveis à escala das mãos, tanto pelo seu tamanho como pelo seu conteúdo. O “manual do aluno” está eminentemente voltado para as áreas de aprendizagens escolares e preenche funções ligadas tradicionalmente à aprendizagem e aquisição de saberes, que visam o desenvolvimento de competências, e de capacidades e permitem consolidar e avaliar as aquisições dos alunos. Por fim, a função do referido manual é de transmissão de conhecimento, desenvolvimento das competências e consolidação da aprendizagem e o nome preterido pelos alunos é “livro”.

5 METODOLOGIA

5.1 Rodas de Conversas

As Rodas eram realizadas com o objetivo de cumprirmos as atividades dos Núcleos Temáticos do Curso do CEGEPE, necessitando da participação da comunidade escolar onde debatíamos sobre a teoria do aprendizado e a prática executada no trabalho.

As Rodas de Conversas foram escolhidas como um método de intervenção, pois se justifica para a viabilização de um espaço sistemático de escuta e trocas para que os agentes da Escola pudessem trazer as questões e impasses de seu cotidiano, a partir de dispositivos geradores de discussões e reflexões tanto do ambiente quanto do processo de trabalho.

As Rodas permitiam discutir a vivência, e buscar alternativas de contornar os problemas nas suas dimensões de relação com o cotidiano de formação, envolvendo inúmeros fatores de interface. Além disso, as trocas de informações a respeito de como cada setor funcionavam, suas dificuldades, necessidades e avanços contribuíam para resolução das atividades do CEGEPE e ampliava nosso conhecimento a respeito da instituição, resultando no Projeto de Intervenção.

Com o objetivo de entender um pouco mais sobre a necessidade e a importância de criar o Guia do Aluno, solicitamos que os atores da comunidade escolar descrevessem suas experiências. Para os discentes, indagou-se sobre o conhecimento da Escola, como se dá a relação Aluno x CEP – Saúde, e quais as dificuldades enfrentadas na vida acadêmica. Para docentes e coordenadores dos cursos indagou-se como a Escola era apresentada e como percebiam a convivência do aluno frente à instituição e ao curso freqüentado, e como estavam sendo feitas as orientações e encaminhamentos para o desenvolvimento das atividades. As respostas emitidas pelos participantes das Rodas foram relevantes, indicando pistas para encontrar peculiaridades, na realidade expressa em dados empíricos.

5.2 Estudo documental e bibliográfico

A partir de um estudo documental e bibliográfico realizado, selecionamos seis trabalhos e/ou documentos que pudessem contribuir para o processo de compreensão e percepção das visões distintas sobre instrumento referencial para alunos.

Numa primeira etapa objetivou-se encontrar fontes de dados e, nelas, os documentos necessários para encontrarmos as informações para o projeto de intervenção. Os estudos foram baseados em documentos editados pelo próprio CEP – Saúde como material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraindo deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. Os materiais pesquisados na Instituição foram basicamente, o PPP, o RU e o Manual de Aluno (elaborado em 2011, especificamente, para o curso de ACS). Tais documentos constituem-se uma fonte poderosa de informações, cujo conteúdo favorecendo evidências que fundamentam afirmações e declarações da pesquisa. Não é apenas uma fonte de informações contextualizadas, mas surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto, (LUDKE, 1986.).

Em seguida, iniciou-se um processo de visitas à biblioteca “Ena Galvão” do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás. O trabalho de pesquisa foi mais extenso por meio da internet no Google Acadêmico, nas bibliotecas virtuais disponibilizadas e com acesso gratuito, tais como: a Biblioteca Regional de Medicina – BIREME; a Scientific Electronic Library Online - *SciELO* que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros; a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS, abrangente índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe. O propósito era de encontrar o que ali se dispunha e sobre autores que pudessem referenciar a respeito do tema proposto neste trabalho. As literaturas pesquisadas envolveram publicações no período de 1979 a 2013 é vasta e rica, mas dentre os materiais pesquisados raramente apresentavam o percurso necessário a percorrer para alimentar este Projeto de Intervenção (PI), de como criar o Guia do Aluno.

Diante da escassez de publicações sobre o tema de pesquisa selecionado, recorreremos aos documentos encontrados em grande quantidade e que foram elaborados com o assunto semelhante, mediante determinado contexto e que poderiam fundamentar a pesquisa e posteriormente contribuir para a elaboração da proposta aqui apresentada. Os documentos utilizados como base para pesquisa eram de natureza primária e também foram elaborados pela necessidade, sendo que alguns não receberam o tratamento analítico. Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a idéia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são

utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Finalmente, na literatura revisada identificamos e selecionamos 24 elementos, relacionados abaixo, que poderão ser utilizados para estruturar a base da elaboração do Projeto de Intervenção, que é Guia do Aluno do CEP – Saúde. Além disso, percebeu-se que a utilização de títulos e subtítulo com as fontes redigidas em outra cor, diferente da redação do texto, atraem mais a atenção, assim como as ilustrações relacionadas ao assunto do texto auxiliam na memorização do tema proposto (BRASIL, 2003). A redação clara e objetiva e que interage com o aluno, (CEGEPE, 2012.) foi outro subsidio acatado para ser utilizado. Dentre os demais podemos apresentar os seguintes itens:

1-Capa;

2-Sumário;

3-Função do Guia do Aluno;

4-Apresentação da Escola (O que é o CEP – Saúde e como funciona);

5-Gestão Escolar do CEP - Saúde;

6- Organograma do CEP – Saúde;

7- Recursos Humanos;

8-Recursos Físicos: Secretaria Escolar; as Salas de Aula para Cursos Centralizados e Descentralizados; Laboratório de Prática; Laboratório de Informática; Biblioteca; Conselho de Classe;

9-Relação dos Cursos Regulares, dos Cursos de Formação Inicial e Continuada, de Especialização Técnica do CEP – Saúde, com suas características e grades curriculares;

10-Regime Escolar;

11-Matricula;

12-Termo de Compromisso;

13-Frequência;

14- Direitos e Deveres do Aluno;

15-Informações sobre Estágios:

15.1-Estágio Supervisionado;

15.2-Campos de Estágios;

15.3-Carga horária;

16-Sanções;

18-Sistema de Avaliação:

18.1-Avaliação da Aprendizagem;

18.2-Avaliação do Curso;

18.3-Avaliação do Corpo Docente (docente, tutor, supervisor);

21-Recuperação;

22-Transferência;

23-Certificação por Competência;

24-Acompanhamento dos Egressos.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A fundamentação sobre o tema foi iniciada pelo estudo do Projeto Político Pedagógico e no Regimento Único, pelos relatos dos docentes e discentes apresentados nas Rodas de Conversas, e em Relatórios de Finais de Cursos. Como estratégia para desenvolver o Projeto de Intervenção, decidiu-se pelo envolvimento das alunas do CEGEPE, da equipe pedagógica do CEP - Saúde, dos coordenadores de cursos, docentes e alguns discentes que constituíam as Rodas de Conversas.

Tais Rodas permitiam discutir a vivência, e buscar alternativas de contornar os problemas nas suas dimensões de relação com o cotidiano de formação, envolvendo inúmeros fatores de interface. Com o objetivo de entender um pouco mais sobre a necessidade e a importância de criar o Guia do Aluno, solicitamos que os atores da comunidade escolar descrevessem suas experiências. Para os discentes, indagou-se sobre o conhecimento da Escola, como se dá a relação Aluno x CEP – Saúde, e quais as dificuldades enfrentadas na vida acadêmica. Para docentes e coordenadores dos cursos indagou-se como percebiam a convivência do aluno frente à instituição e ao curso freqüentado, e como estavam sendo feitas as orientações e encaminhamentos para o desenvolvimento das atividades. As respostas emitidas pelos participantes das Rodas foram relevantes, indicando pistas para encontrar peculiaridades, na realidade expressa em dados empíricos.

A proposta de intervenção, propriamente dita, será apresentada por meio do quadro abaixo, contendo a situação problema, o objetivo geral, seguido dos três objetivos específicos, sendo que estão correspondentes com as ações/atividades e com seus respectivos responsáveis para a execução da proposta apresentada.

6.1 Quadro Demonstrativo da Proposta de Intervenção:

Situação Problema	Objetivo Geral e Específicos	Ação / Atividades	Responsável
Falta de instrumento referencial com informações do CEP -	Criar um instrumento que seja o referencial para alunos dos cursos	Reunir com a Gestão Administrativa para apresentar a proposta de intervenção,	Aluna do CEGEPE; Gestão Administrativa da Escola

Saúde, específico para o corpo discente;	do CEP – Saúde.	<p>assim que o Curso do CEGEPE for concluído (set./13);</p> <p>Formar Comissão de Trabalho, envolvendo a equipe pedagógica do CEP – Saúde, do NDE, do NPP, e a aluna do CEGEPE (set./13);</p> <p>Determinar as funções e as responsabilidades para cada um, (set./13);</p>	(Superintendente) e Diretora do CEP – Saúde;
Cursos descentralizados;	Sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade do guia;	<p>Reunião com atores da comunidade escolar (set./13);</p> <p>Relacionar os Direitos e Deveres dos Alunos com base nos instrumentos normativos do CEP – Saúde (PPP, RU), e nas dificuldades apontadas nas Rodas de Conversa, (set./13);</p> <p>Elaborar redação de texto de maneira a interagir com o aluno do curso descentralizado para que esse entenda que os Direitos e Deveres dos Alunos são iguais para todos (out./ 13)</p> <p>Selecionar ilustrações condizentes ao tema. (out./ 13);</p>	Equipe pedagógica do CEP - Saúde e membros do NPP que fazem parte da Comissão de Trabalho;
Alunos com origem do ensino bancário (obediência e submissão)	Promover discussões sobre instrumentos ligados aos objetivos de ensino na comunidade escolar;	<p>Reunião com atores da comunidade escolar, (out./13);</p> <p>Listar as dificuldades encontradas, com base na Rodas de Conversas, experiências de docentes e relatórios finais de curso sobre as dificuldades do aluno em se adaptar a Metodologia da Problematização adotada na Escola, (out./13);</p>	Equipe pedagógica do CEP - Saúde e membros do NDE que estão na Comissão de Trabalho.

		Apresentar a propostas de solução, com base nas experiências de ensino aprendizagem, (out./13); Redigir o texto que irá compor o Guia do Aluno, (nov./13);	
Alunos com diversidade cultural	Descrever o processo de ensino - serviço na educação profissional;	Reunir e discutir com a equipe do CEP - Saúde e NPP como será este processo para que o aluno/trabalhador compreenda melhor os cursos frequentados, (nov. /13);	Equipe pedagógica do CEP - Saúde e membros do NDE e NPP que estão na Comissão de Trabalho.
Guia do Aluno	Validar o instrumento concluído.	Apresentar o “boneco” elaborado para apreciação de alunos, docentes, equipe técnica do CEP- Saúde e gestão administrativa, (dez./13).	Equipe pedagógica do CEP - Saúde e membros do NDE e NPP que estão na Comissão de Trabalho

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás – CEP – Saúde constitui-se como uma instância educativa responsável pela formação dos trabalhadores de nível médio do SUS. Desse modo, grande parte dos alunos que freqüentam seus cursos são trabalhadores de saúde, cabendo ao CEP – Saúde desenvolver estratégias pedagógicas que garantam uma formação ampla dos mesmos.

Dentre as estratégias pedagógicas utilizadas na organização e normalização de uma instituição de ensino, está o Guia do Aluno, Manual do Estudante, Manual do Discente, ou seja, a nomenclatura que for adotada deve-se lembrar que a esse instrumento é atribuída à responsabilidade da manutenção de procedimentos do processo de ensino de educação.

A construção do Guia do Aluno do CEP – Saúde permitirá a participação efetiva da comunidade escolar no respeito à pluralidade, à diversidade cultural e à riqueza das desigualdades locais e regionais, cumprindo sua função social.

As prioridades identificadas serão apresentadas ao coletivo que contribuirão para a elaboração do Guia do Aluno. Desse instrumento resultará a garantia da qualidade e a eficiência do ensino serviço e fazer com que as pessoas se sintam parte integrante dessa instituição.

O tema “Guia do Aluno foi iniciada pelo estudo do Projeto Político Pedagógico, no Regimento Único e, especialmente pelos relatos dos docentes e discentes apresentados nas Rodas de Conversas, em Avaliações de Final de Cursos e Relatórios de Finais de Cursos”. Os estudos documentais e bibliográficos servirão para referendar os elementos que devemos incluir no Guia.

Acreditamos que os esforços em realizar este Projeto irão contribuir para auxiliar o aluno na compreensão da normatização e nos procedimentos pedagógicos adotados no processo de educação em saúde, contribuindo assim para o fortalecimento do CEP – Saúde.

REFERENCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988..

_____.Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem. Guia do Aluno**. Brasília, 2001.

_____. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 28 de set. 1990.

BRASÍLIA. DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **12ª Conferência Nacional de Saúde – Sergio Arouca**. Saúde um Direito de Todos e um Dever do Estado. A Saúde que Temos e o SUS que Queremos. Relatório Final. 1 ed. 2004. 99-112 p. (Série D Reuniões e Conferências).

_____. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** de 20 de dezembro de 1996.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. **Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras**. Trabalho, Educação e Saúde (Impresso), v. 6, p. 443-456, 2009.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; MERHY, Emerson Elias. **Educación Permanente en Salud: una estrategia para intervenir en la micropolítica del trabajo en salud**. Salud Colectiva, Buenos Aires - AR, v. 2, n. 2, p. 147-160, 2006.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO. Unidade de Ensino de São Carlos. **Estrutura de Trabalho Acadêmico. Manual para o Aluno.** São Carlos, São Paulo. 2009.

CELLARD, A. **A Análise Documental.** In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

SENAI. ESCOLA JAGUARIÚNA. Organizado pela Equipe SENAI. Jaguariúna. **Manual do Aluno 2012.** Jaguariúna, São Paulo. 2012. Disponível em: < www.sp.senai.br/jaguariuna>. Acesso em: 02/12/12

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Versão Online. Disponível em: < <http://www.dicionariodoaurelio.com/Guia.htm>>. Acesso em: 16/01/13.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica.** 2 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação- uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Formação Docente em Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Área da Saúde.** Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO, E. *et al.* **Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

GAMBOA, S. S.; SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde. Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás, (CEP - Saúde). **Projeto Político Pedagógico**. Goiânia, 2009.

_____. **Regimento Único**. Goiânia, 2002.

_____. **Manual do Aluno**. Goiânia, 2011.

_____. **Lei nº 15.260 de 15 de julho** de 2005, que cria a Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago - ESAP/GO, o Fundo Especial de sua manutenção e o cargo comissionado que menciona, introduz alterações no Anexo XVII da Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências;

_____. **Decreto nº 5.647, de 27 de agosto de 2002**, que dispõe sobre a criação do Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás e dá outras providências;

_____. **Decreto nº 6.711/08**. Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Estado da Fazenda, em decorrência da desativação de unidades estruturais básicas e complementares que especifica e dá outras providências. Artigos. 2º e 4º **desativa a Superintendência da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago”** com suas respectivas gerências oriundas da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e promove a incorporação das competências, atribuições, acervos e demais recursos da Superintendência da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás “Cândido Santiago”, da Secretaria Estadual da Saúde, pela SEFAZ.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria. **Guia do Estudante UFSM**. Santa Maria, 2012. Disponível em: <sucuri.cpd.ufsm.br/pdf/docs/guiadoestudante2012.pdf>. Acesso em: 17/03/13.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS. Educação Profissional Técnica. Campos Betim. Minas Gerais **Manual do Aluno**. Betim, 2012. Disponível em: <www.ifmg.edu.br>. Acesso em: 17/03/13.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBANEO, J. C. **Didática**. ed. Cortez. São Paulo, 1994.

LÜDKE, M. A; M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, 1986.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Versão Online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=guia>>. Acesso em: 16/01/13.

SANTO, E. M. **Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores**. Revista Lusófona, nº 8. p;103 - 115. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias. Lisboa. Portugal. 2006. Disponível em: www.scielo.oces.mcets.pt/scielo.php?pid=S1645-72502006000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 18/03/13.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3 ed .Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, J. **CEP – Saúde: dez anos de comprometimento com a formação técnica**. Revista RET-SUS. Rede das Escolas Técnicas do SUS. Ano VII, nº55. p;20-21. Agosto/Setembro. Rio de Janeiro. 2012.

TUPY, M. I. N; OLIVEIRA, R. P; ADRIÃO, T. **A Educação Profissional**. 2 ed. v. 1. Xamã. São Paulo, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Enfermagem da UFMG. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS - CEGEPE. **Guia do Aluno**. Versão Preliminar. Belo Horizonte, 2012.

VADE MECUM SARAIVA. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. **Constituição Federal de 1988**. (Colaboração de Luiz Roberto Curia. Livia Céspedes e Juliana Nicoletti) 15 ed. atualizada e ampliada. São Paulo. 2013.

VEIGA, I.P.A. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 14 ed. Papirus, Campinas. 2002.